



DEPARTAMENTO DE LIBERDADE RELIGIOSA E ASSUNTOS PÚBLICOS PLANO DE AÇÃO 2018

Texto-chave

Porque Deus não nos deu o espírito de temor, mas de fortaleza, e de amor, e de moderação. (II Timóteo 1:7)

Visão

“A bandeira da verdade e da liberdade religiosa desfraldada pelos fundadores da igreja evangélica e pelas testemunhas de Deus durante os séculos decorridos desde então, foi, neste último conflito, confiada a nossas mãos. A responsabilidade deste grande dom repousa com aqueles a quem Deus abençoou com o conhecimento de Sua Palavra.”

Ellen White, (*Atos dos Apóstolos*, pp. 68 e 69)

Missão

O Departamento de Liberdade Religiosa e Assuntos Públicos, integrado na União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia, é o instrumento da Igreja em Portugal que tem a tripla função de representação e defesa legal e institucional da Igreja, apoio moral e legal à defesa dos membros de Igreja e promoção e valorização do princípio da Liberdade Religiosa, perante o Estado e na sociedade.

Introdução

Ao longo dos últimos anos tem sido possível assistir a uma dupla tendência política e social, de sentido contrário, que ao mesmo tempo oferece oportunidades e coloca desafios à Igreja e à sua Missão. Por um lado, nos países europeus e em Portugal em particular, assiste-se a um crescendo de sensibilidade social e de abertura político-jurídica em relação ao fenómeno religioso, que tem permitido o reconhecimento de respeito por questões de consciência e as aquisição e fixação de direitos e práticas de culto. Disto são exemplos, no nosso país, das decisões favoráveis em relação ao respeito pelo direito ao descanso por



motivos religiosos e ao bom relacionamento entre comunidades religiosas e entre estas e as autoridades públicas no nosso país. No entanto, por outro lado, tem vindo a ser latente nas sociedades ocidentais um sentimento de intolerância popular em relação à religião e às minorias religiosas, bem como a utilização das mesmas como argumentário de cariz populista por parte de um novo tipo de candidatos a dirigentes em ascensão. Estas realidades, simultâneas e antagónicas, colocam como oportunidades a de usufruir de direitos constitucionais e legais, coletivos e pessoais, com maior garantia e abrangência e a de ver a Igreja pronunciar-se e atuar no espaço público com mais espaço e reconhecimento. No entanto, tais oportunidades têm como contraponto os desafios de a Igreja e os seus dirigentes estarem mais visíveis perante os públicos e, logo, com necessidade melhor preparação na defesa dos seus direitos e no exercício da sua ação.

Assim, a sensibilização dos membros da Igreja para as questões da liberdade religiosa e o apoio moral para o seu respeito e uso, a consolidação da visibilidade e influência da Igreja e a formação de dirigentes para as suas responsabilidades públicas serão as prioridades deste Departamento durante o presente quinquénio.

O Departamento de Liberdade Religiosa e Assuntos Públicos é a valência da Igreja que, em apoio ao Conselho Diretor e à Administração, tem a tripla função de:

- Apoiar a UPASD, com as suas igrejas locais, departamentos, serviços e instituições, no que respeita à sua conformidade legal, aos seus contactos com autoridades oficiais, cívicas e eclesiásticas e à sua inserção na sociedade.
- Defender, moral e legalmente, os direitos de liberdade religiosa dos membros da IASD.
- Promover o respeito pela IASD como Igreja radicada em Portugal e incrementar o seu reconhecimento público como instituição religiosa, ativa nas mais diversas áreas sociais.
- Divulgar a AIDLR.PT como reconhecida organização não governamental de defesa e promoção de liberdade religiosa.

Ações

1. Apoio aos membros de Igreja

- Defesa do direito de observância do Sábado.



- Questões escolares: alimentação, atividades extracurriculares, EMR...
- Questões profissionais: objeções de consciência, família...

2. Apoio institucional

- Reforma e conformação legal da UPASD.
- Representação oficial e pública da IASD.
- Visitas selecionadas a autoridades públicas e entidades da sociedade civil.
- Presença e participação em conferências sobre liberdade religiosa e direitos humanos, em nome da IASD e da AIDLR

3. Presença nas Igrejas e Instituições

- Dia da Liberdade Religiosa (20 de janeiro).
- Plano de visitação – disponibilidade.
- Divulgação do documento: *O relacionamento da IASD com outras crenças religiosas e Assuntos Públicos da Igreja.*

4. Participação no Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso, ACM

- Participação em reuniões mensais e conferências extraordinárias.
- Cooordenação do MEET-IR.
- Coorganização do Congresso Cidadania e Religião 2018.

5. AIDLR – Pt

- Cerimónia Solene Prémio *Consciência e Liberdade*.
- Parceria com CLR, OLR e Área da Ciência das Religiões da Universidade Lusófona.
- Publicação e divulgação da revista *Consciência e Liberdade* (700 exemplares).
- Divulgação da AIDLR.PT e da sua revista, *Consciência e Liberdade*, nomeadamente através de contactos com entidades públicas, universidades, organizações congéneres e personalidades reconhecidas ou de interesse na matéria.
- Manutenção e desenvolvimento do sítio www.aidlr.org.pt e do blogue www.consciencialiberdade.blogspot.com



6. Outros

- Ativação e valorização da Comissão Consultiva e Estratégica de Liberdade Religiosa.
- Programa sobre liberdade religiosa e atualidade, para e em cooperação com o *Hope Channel*.
- Publicação o livro *Embaixadores da Paz*, como instrumento de formação de dirigentes de assuntos públicos da Igreja.

Quadro-resumo de Datas

MÊS	AÇÕES
Janeiro	14 – Comissão Consultiva e Estratégica de Liberdade Religiosa; 20 – Dia da Liberdade Religiosa
Março	1 – Cerimónia Solene <i>Consciência e Liberdade</i>
ou	
Dezembro	5 - Cerimónia Solene <i>Consciência e Liberdade</i>

Enquadramento no PE UPASD

Este Plano de Ação foi concebido como resposta aos seguintes objetivos específicos do Plano Estratégico da UPASD, *Discípulo 3D*:

1. D1 – 8. Valorizar a fidelidade financeira e organizacional; 10. Aprofundar o conhecimento sobre a identidade e a história da Igreja.
2. D2 – 5. Dinamizar e motivar a formação permanente dos líderes e dos membros de igreja focados no discipulado; 11. Organizar em rede grupos de adventistas com necessidades, interesses e atividades profissionais em comum, constituindo comunidades de apoio e entreajuda; 13. Fomentar relacionamentos de respeito e sã convivência com as forças vivas da comunidade.
3. D3 – 2. Aplicar o método de Cristo na abordagem às pessoas; 8. Incentivar projetos locais de abertura à comunidade através de Centros de Influência; 10. Responsabilizar para o respeito, a defesa e a promoção dos princípios da dignidade humana.



Conclusão

Há cerca de onze anos, os responsáveis pela área da liberdade religiosa na Igreja em Portugal escolheram como texto bíblico orientador do seu trabalho o de Paulo na sua segunda carta a Timóteo: *Porque Deus não nos deu o espírito de temor, mas de fortaleza, e de amor, e de moderação* (II Timóteo 1:7). Ele expressa três qualidades, em forma de dons, que o discípulo recebe do Espírito. Essas três qualidades devem ser aplicadas em todas as circunstâncias, nas mais e nas menos favoráveis, como ele próprio explica no versículo que se lhe segue: *Portanto, não te envergonhes do testemunho do nosso Senhor, nem de mim, que sou prisioneiro seu, antes participa das aflições do evangelho, segundo o poder de Deus* (II Timóteo 1:8).

A conclusão, quase em forma de oração, que desejamos deixar neste Plano de Ação é a gratidão e o louvor a Deus pelo que nos tem permitido alcançar até este momento, mas ainda mais a humilde súplica de que nos dê: 1. a noção de que os tempos de liberdade e reconhecimento que vivemos são somente uma oportunidade para cumprir a Sua missão; e 2. fortalecer o relacionamento com Ele para a preparação de tempos vindouros, anunciados como de dura provação.

Paulo Sérgio Macedo

Departamento de Liberdade Religiosa e Assuntos Públicos UPASD